ReGeo ISSN: 2177-3246

# A REESTRUTURAÇÂO PRODUTIVA NO BRASIL E O CONFLITO ENTRE A EMPRESA SUZANO PAPEL E CELULOSE E O ACAMPAMENTO VIVA DEUS, IMPERATRIZ/MA

# PRODUCTIVE RESTRUCTURING IN BRAZIL AND THE CONFLICT BETWEEN SUZANO PULP AND PAPER AND THE VIVA DEUS ENCAMPMENT, IMPERATRIZ/MA

# LA REESTRUCTURACIÓN PRODUCTIVA EN BRASIL Y EL CONFLICTO ENTRE LA EMPRESA SUZANO PAPEL Y CELULOSA Y EL ASENTAMIENTO VIVA DEUS, IMPERATRIZ, MARANHÃO

https://doi.org/10.56238/revgeov16n5-331

**Data de Submisão:** 20/10/2025 **Data de Publicação:** 20/11/2025

**Alexandre Peixoto Faria Nogueira**
Doutor em Geografia PPGEO-UFPE
Instituição: Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-5162-7722
Lattes: https://lattes.cnpq.br/8319485379167973
E-mail: alexandre.nogueira@academico.ufpb.br

**Thainara Carla Lima Camberimba da Silva**
Licenciada em Ciências Humanas/Sociologia
Instituição: Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
E-mail: thaicamberimba@gmail.com

## RESUMO

Este artigo analisa a reestruturação produtiva do capital no campo brasileiro a partir do conflito territorial entre a Suzano Papel e Celulose e o Acampamento Viva Deus, situado em Imperatriz, Maranhão. Fundamentado no materialismo histórico-dialético e na Geografia Agrária crítica, o estudo articula revisão bibliográfica, análise documental, observação direta e pesquisa de campo com famílias acampadas. Parte-se da compreensão de que a expansão do agronegócio florestal não representa apenas modernização técnica, mas uma estratégia de reorganização do espaço, de centralização econômica e de apropriação seletiva da terra, da natureza e das infraestruturas. A análise evidencia que a territorialização da Suzano integra financiamento público, incentivos estatais, logística exportadora e monocultura de eucalipto, aprofundando a especialização produtiva e a desigualdade fundiária no sudoeste maranhense. Em contraposição, o Acampamento Viva Deus constitui uma territorialidade camponesa fundada no trabalho, na moradia, na organização coletiva e na luta pela reforma agrária. Conclui-se que o conflito expressa racionalidades antagônicas de produção do espaço: de um lado, a terra como ativo da acumulação global; de outro, como condição de reprodução social. A criminalização e a morosidade institucional operam como mecanismos de desterritorialização e controle político. Simultaneamente, a resistência camponesa produz novas territorialidades, identidades políticas e horizontes emancipatórios.

**Palavras-chave:** Reestruturação Produtiva. Conflito Territorial. Agronegócio Florestal. Campesinato. Reforma Agrária.

## ABSTRACT

This article examines the productive restructuring of capital in the Brazilian countryside through the territorial conflict between Suzano Pulp and Paper and the Viva Deus Encampment, located in Imperatriz, Maranhão. Grounded in historical-dialectical materialism and Critical Agrarian

Geography, the study combines a literature review, documentary analysis, direct observation, and field research conducted with the encamped families. It argues that the expansion of the forest-based agribusiness sector represents not merely a process of technological modernization but a broader strategy for the reorganization of space, economic centralization, and the selective appropriation of land, nature, and infrastructure. The analysis demonstrates that Suzano's territorial expansion is supported by public financing, state incentives, export-oriented logistics, and eucalyptus monoculture, thereby intensifying productive specialization and land concentration in southwestern Maranhão. Conversely, the Viva Deus Encampment constitutes a peasant territoriality grounded in labor, housing, collective organization, and the struggle for agrarian reform. The findings indicate that the conflict embodies two antagonistic spatial rationalities: on the one hand, land is conceived as an asset for global capital accumulation; on the other, as the material basis for social reproduction. Criminalization and institutional delays operate as mechanisms of deterritorialization and political control. Simultaneously, peasant resistance produces new territorialities, political identities, and emancipatory horizons, reaffirming the centrality of territorial struggles in understanding the contemporary dynamics of Brazilian agrarian capitalism.

**Keywords:** Productive Restructuring. Territorial Conflict. Forest-Based Agribusiness. Peasantry. Agrarian Reform.

**RESUMEN**
Este artículo analiza la reestructuración productiva del capital en el campo brasileño a partir del conflicto territorial entre la empresa Suzano Papel y Celulosa y el Asentamiento Viva Deus, ubicado en Imperatriz, Maranhão. Fundamentado en el materialismo histórico-dialéctico y en la Geografía Agraria crítica, el estudio articula revisión bibliográfica, análisis documental, observación directa e investigación de campo con las familias asentadas. Se parte de la comprensión de que la expansión del agronegocio forestal no representa únicamente una modernización técnica, sino también una estrategia de reorganización del espacio, centralización económica y apropiación selectiva de la tierra, la naturaleza y las infraestructuras. El análisis evidencia que la territorialización de Suzano integra financiamiento público, incentivos estatales, logística orientada a la exportación y monocultivo de eucalipto, profundizando la especialización productiva y la desigualdad en la distribución de la tierra en el suroeste del estado de Maranhão. En contraste, el Asentamiento Viva Deus constituye una territorialidad campesina basada en el trabajo, la vivienda, la organización colectiva y la lucha por la reforma agraria. Se concluye que el conflicto expresa racionalidades antagónicas de producción del espacio: por un lado, la tierra como activo para la acumulación global de capital; por otro, como condición para la reproducción social. La criminalización y la lentitud institucional actúan como mecanismos de desterritorialización y control político. Al mismo tiempo, la resistencia campesina produce nuevas territorialidades, identidades políticas y horizontes emancipadores.

**Palabras clave:** Reestructuración Productiva. Conflicto Territorial. Agronegocio Forestal. Campesinado. Reforma Agraria.

## 1 INTRODUÇÃO

A reorganização recente do espaço agrário brasileiro somente pode ser compreendida quando relacionada às transformações estruturais que, desde a década de 1970, alteraram as formas de produção, circulação e apropriação da riqueza em escala mundial. A crise do padrão fordista-keynesiano, a redução da rentabilidade de determinados segmentos industriais, a crescente mobilidade dos capitais e a expansão dos circuitos financeiros desencadearam uma recomposição profunda das condições de acumulação. Esse movimento, comumente denominado reestruturação produtiva, não se restringiu à introdução de novas tecnologias, à flexibilização dos processos de trabalho ou à reorganização administrativa das empresas. Tratou-se de uma transformação mais abrangente, por meio da qual o capital refez suas bases materiais, institucionais e territoriais de reprodução, redefinindo as relações entre trabalho, Estado, natureza e espaço geográfico (Harvey, 2005; Mészáros, 2011; Antunes, 2020).

A reestruturação deve ser concebida, portanto, como um processo histórico de recomposição do poder do capital diante das contradições que ele próprio produz, em vez de eliminar suas crises, o capitalismo desloca-as espacialmente, transfere custos, abre novas fronteiras de valorização e incorpora recursos até então parcial ou insuficientemente submetidos à lógica mercantil. A flexibilização produtiva, a internacionalização das cadeias de valor, a financeirização da terra e a ampliação do domínio das corporações transnacionais configuram diferentes dimensões de um mesmo movimento: a necessidade incessante de assegurar novas condições à reprodução ampliada do valor.

Essa interpretação adquire especial relevância para a Geografia porque a expansão do capital não ocorre apenas no interior das unidades produtivas, ela se realiza mediante a produção de infraestruturas, a reorganização das escalas de decisão, a especialização funcional dos lugares e o controle seletivo dos recursos territoriais. A crise e a reestruturação do capitalismo possuem, nesse sentido, uma dimensão constitutivamente espacial. Ao buscar novas oportunidades de investimento e rentabilidade, o capital não somente utiliza territórios preexistentes, mas os reconstrói segundo suas exigências, altera seus usos, redefine seus ritmos e institui novas hierarquias entre agentes e lugares.

A concepção de espaço desenvolvida por Lefebvre (2006) oferece fundamento decisivo a essa abordagem, ele não é um recipiente passivo onde os acontecimentos sociais se distribuem, nem uma superfície exterior às relações de produção. O espaço é produzido historicamente e participa ativamente da reprodução da sociedade. Constitui, ao mesmo tempo, meio, condição e resultado das relações sociais. Por essa razão, a produção espacial envolve sempre apropriação, domínio, representação e conflito. Ao produzir um espaço funcional às suas necessidades, o capital também

produz formas específicas de poder, mecanismos de disciplinamento, desigualdades territoriais e dispositivos de exclusão.

A expansão do agronegócio deve ser interpretada no interior dessa problemática, ela não corresponde simplesmente ao crescimento de um setor econômico ou ao aumento da produtividade agrícola e sim representa uma modalidade particular de produção capitalista do espaço, na qual extensas áreas são reorganizadas para atender às demandas das cadeias globais de mercadorias. A terra, a água, as florestas, a biodiversidade e o trabalho tornam-se componentes de sistemas produtivos integrados, comandados por agentes que operam em escalas muito superiores àquelas das comunidades diretamente afetadas.

Harvey (2004), ao formular a categoria acumulação por espoliação, demonstra que a expansão contemporânea do capitalismo depende da abertura permanente de novos campos de valorização, assim, privatizações, mercantilização de bens comuns, apropriação de recursos naturais, financeirização de ativos e retirada de direitos constituem procedimentos recorrentes de transferência de riqueza e poder. A espoliação não deve ser entendida como episódio restrito à gênese do capitalismo. Ela permanece articulada à acumulação ordinária, permitindo ao capital apropriar-se de territórios, recursos e formas sociais cuja subordinação não havia sido inteiramente consumada.

No campo, essa dinâmica manifesta-se na concentração da propriedade, na transformação da terra em ativo financeiro, na ampliação das monoculturas e na crescente presença de empresas e fundos de investimento no comando das atividades agrícolas. A modernização tecnológica, frequentemente apresentada como expressão neutra do progresso, encontra-se vinculada a relações sociais concretas. A mecanização, a biotecnologia e a logística avançada são mobilizadas segundo critérios de rentabilidade e controle, podendo ampliar a escala produtiva sem democratizar os benefícios gerados.

A formação histórica brasileira imprime características específicas a esse processo. A estrutura fundiária nacional foi constituída desde o período colonial mediante a concentração da terra, a exclusão das maiorias trabalhadoras e a apropriação privada de extensas áreas. As mudanças políticas e econômicas posteriores não romperam com esse fundamento. A modernização agrícola intensificada a partir da segunda metade do século XX combinou inovação técnica, integração industrial e manutenção da grande propriedade, dando origem ao que diferentes autores caracterizam como modernização conservadora (Martins, 1981; Oliveira, 2007; Delgado, 2012).

Esse processo modernizou a produção sem democratizar o território, essa modernização conservadora fortaleceu a articulação entre grandes proprietários, capital industrial, instituições financeiras e Estado. O crédito, a pesquisa científica, a infraestrutura e as políticas fiscais favoreceram

setores capazes de produzir em larga escala, ao mesmo tempo que milhões de trabalhadores rurais permaneceram submetidos à insegurança fundiária, à expropriação e à precarização.

A entrada do século XXI não significou a superação dessa estrutura, pelo contrário, a ampliação da demanda internacional por produtos agrícolas, minerais e florestais fortaleceu a especialização exportadora do território brasileiro. O agronegócio consolidou-se como um dos eixos centrais da inserção do país na economia global, associando produção agropecuária, indústria, finanças, logística e poder político. Sob essa configuração, o controle da terra deixou de ser apenas fundamento da renda fundiária tradicional e passou a integrar estratégias empresariais complexas, nas quais o território opera simultaneamente como meio de produção, reserva patrimonial, ativo especulativo e suporte de cadeias internacionalizadas.

O território, portanto, não pode ser reduzido a uma extensão material sobre a qual se distribuem atividades econômicas, pois, conforme Fernandes (2008), ele constitui uma construção social atravessada por relações de poder e por projetos antagônicos de sociedade. Diferentes classes e grupos organizam a terra segundo racionalidades distintas. Para o capital, o território é predominantemente concebido como recurso econômico, plataforma de circulação e base material da valorização. Para o campesinato, embora também existam relações com o mercado, a terra articula trabalho, moradia, reprodução familiar, memória, sociabilidade e pertencimento.

Essa diferença é central para a compreensão dos conflitos agrários, eles não decorrem apenas da sobreposição de títulos ou da ausência de regularização fundiária. Expressam choques entre formas distintas de apropriação, uso e significação do espaço. A disputa pela terra é, simultaneamente, disputa pelo direito de decidir quais atividades serão desenvolvidas, quais sujeitos poderão permanecer e quais relações sociais orientarão a produção territorial.

No conjunto das atividades que aprofundaram esse movimento de especialização, o complexo de papel e celulose adquiriu grande importância. A expansão da produção brasileira de celulose relaciona-se tanto às condições naturais quanto à existência de uma política econômica favorável à concentração empresarial e à inserção competitiva do setor nos mercados internacionais. O desempenho das corporações não pode ser explicado apenas pela produtividade das árvores ou pelo clima. Ele depende de financiamento público, benefícios tributários, infraestrutura de transporte, pesquisa tecnológica, licenciamento e disponibilidade de extensas áreas.

O Estado, nesse processo, não se limita a regular a atuação privada, ele participa diretamente da produção das condições territoriais necessárias à acumulação. Instituições financeiras públicas, governos estaduais e administrações municipais podem atuar na concessão de crédito, na implantação de redes logísticas, na oferta de incentivos e na construção de um ambiente jurídico e político favorável

aos empreendimentos. A territorialização do capital florestal constitui, portanto, uma construção que articula interesses empresariais e ação estatal (Acselrad, 2013; Porto-Gonçalves, 2017).

O monocultivo do eucalipto é uma das expressões espaciais mais visíveis dessa articulação, a sua expansão implica a organização de grandes extensões segundo critérios de homogeneidade, regularidade e previsibilidade. A paisagem é submetida a uma racionalidade industrial: o solo transforma-se em suporte de matéria-prima, a árvore integra um ciclo produtivo calculado e o território é conectado a fábricas, ferrovias, rodovias e portos.

A expressão "floresta plantada", recorrente nos discursos empresariais e institucionais, participa da legitimação dessa territorialidade, pois ao aproximar a monocultura de eucalipto das formações florestais complexas, tende a obscurecer as diferenças ecológicas e sociais entre ambas. Uma plantação industrial homogênea, organizada em ciclos de corte e subordinada a uma cadeia de mercadorias, não possui a mesma biodiversidade, os mesmos usos e as mesmas relações territoriais de uma floresta.

O problema, entretanto, não reside simplesmente na espécie cultivada e sim da forma social assumida pela produção, de sua escala, de sua concentração espacial e das relações de propriedade que a sustentam. A monocultura empresarial transforma o uso da terra, altera mercados fundiários, interfere na disponibilidade de áreas destinadas à produção diversificada e estabelece novos regimes de controle sobre a circulação, a água e os demais recursos.

A expansão da celulose deve, por conseguinte, ser compreendida como processo econômico, territorial e político, pois a homogeneização da paisagem acompanha a concentração do poder de decisão. A elevada tecnificação da atividade convive com a redução da autonomia das populações locais sobre o futuro de seus territórios. Os impactos não são distribuídos igualmente: enquanto os ganhos econômicos tendem a concentrar-se em grandes grupos e investidores, parte dos custos sociais e ambientais é transferida para comunidades rurais e governos locais.

É no interior desse movimento que o Maranhão passa a ocupar posição estratégica, ele possui uma formação territorial marcada pela grande propriedade, pela diversidade de povos e comunidades e pela recorrência de conflitos no campo. Nas últimas décadas, sua integração aos circuitos de commodities agrícolas, minerais e florestais intensificou a valorização fundiária, a expansão de grandes empreendimentos e a reorganização das infraestruturas de exportação.

O território maranhense é progressivamente articulado como plataforma de circulação e produção voltada ao mercado externo, a mineração, soja, pecuária e silvicultura integram uma lógica baseada na especialização produtiva e no controle privado de recursos territorializados. Esse processo não elimina os usos anteriores da terra sem produzir tensões. Ele avança sobre áreas nas quais

camponeses, povos indígenas, quilombolas e outras comunidades desenvolveram formas próprias de apropriação e reprodução social.

A institucionalização do MATOPIBA constitui um momento significativo dessa reorganização, ele é mais do que um recorte administrativo formado por partes do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, o projeto pode ser entendido como estratégia político-territorial de valorização do Cerrado e de sua incorporação ampliada aos circuitos do agronegócio. Sob a retórica da modernização e da competitividade, determinadas áreas passam a ser representadas como fronteiras disponíveis para o investimento, ainda que estejam historicamente ocupadas e socialmente produzidas por diferentes grupos.

Essa representação produz efeitos políticos, pois ao definir o território prioritariamente por sua aptidão agrícola, disponibilidade de terras e potencial logístico, os usos camponeses e tradicionais tendem a aparecer como pouco produtivos, atrasados ou incompatíveis com o desenvolvimento. A fronteira não é descoberta; é construída por discursos, políticas e investimentos que selecionam os usos considerados legítimos.

A expansão do MATOPIBA favoreceu o crescimento de monoculturas, a especulação imobiliária rural e a ampliação dos conflitos socioambientais, esses processos de grilagem, desmatamento e pressão sobre territórios coletivos não podem ser tratados como distorções externas ao projeto e sim como relação às próprias condições de valorização da fronteira, nas quais a definição e o controle da propriedade tornam-se decisivos (Porto-Gonçalves; Alentejano; Fernandes, 2020).

Nesse cenário, a terra passa a condensar duas racionalidades territorialmente opostas, a racionalidade empresarial procura maximizar a rentabilidade, padronizar os usos e integrar a produção às redes internacionais e a racionalidade camponesa articula a terra à reprodução familiar, ao trabalho, à identidade e à continuidade comunitária. Não se trata de separar rigidamente duas realidades puras, pois o campesinato mantém relações com o mercado e o agronegócio produz múltiplas mediações locais. Contudo, suas finalidades estruturantes permanecem distintas.

A inserção da Suzano Papel e Celulose no sudoeste maranhense materializa essa contradição em escala regional, pois, A instalação da unidade industrial em Imperatriz e a expansão dos maciços de eucalipto transformaram os padrões de uso da terra, intensificaram fluxos de transporte, ampliaram a especialização regional e produziram novas territorialidades. A empresa passou a articular áreas de plantio, fábrica e corredores logísticos, constituindo uma rede corporativa cujo alcance ultrapassa os limites municipais.

Esse processo foi frequentemente apresentado por agentes políticos e econômicos como símbolo de progresso e dinamização regional, a geração de empregos, o crescimento das exportações

e a modernização da infraestrutura tornaram-se elementos centrais de sua legitimação. Entretanto, essa narrativa tende a tratar o desenvolvimento como resultado automático da presença empresarial, sem interrogar quem controla os investimentos, como se distribui a riqueza produzida e quais grupos suportam as consequências da reorganização territorial.

A territorialização da empresa não se limita à propriedade formal das áreas que utiliza, ela envolve a capacidade de influenciar decisões, orientar investimentos públicos, estabelecer padrões de produção e produzir representações sobre o futuro regional. O território corporativo é constituído por redes, fluxos e dispositivos institucionais que ampliam o poder empresarial para além dos limites de suas unidades produtivas.

Paralelamente à consolidação desse complexo, comunidades rurais e movimentos sociais passaram a vivenciar novas formas de pressão e insegurança, a disputa deixa de envolver apenas o acesso inicial à terra e passa a abranger o direito de permanecer, produzir e decidir sobre territórios construídos historicamente. A expansão corporativa encontra espacialidades anteriores, portadoras de trajetórias, memórias e projetos distintos.

É nesse contexto que se situa o conflito entre a Suzano Papel e Celulose e o Acampamento Viva Deus, localizado em Imperatriz, esse conflito não deve ser interpretado como episódio excepcional ou simples desentendimento fundiário. Ele oferece uma entrada analítica para compreender as formas pelas quais a reestruturação produtiva se materializa territorialmente, articulando expansão empresarial, apoio estatal, insegurança fundiária e resistência camponesa.

A literatura sobre o agronegócio brasileiro avançou consideravelmente na compreensão da modernização agrícola, da expansão das commodities e das mudanças técnico-produtivas. Contudo, parte relevante dessas análises ainda tende a examinar os conflitos como consequências externas ao modelo de desenvolvimento. As disputas aparecem como problemas de gestão, insuficiências institucionais ou obstáculos locais a projetos economicamente necessários.

A perspectiva adotada neste artigo parte de uma premissa diferente, os conflitos territoriais são produzidos no interior da própria dinâmica da acumulação. Eles não representam anomalias de um capitalismo que funcionaria harmoniosamente em sua ausência. O capital necessita controlar espaços, disciplinar usos, garantir recursos e remover barreiras à valorização. Esse movimento confronta inevitavelmente sujeitos que produzem e significam os territórios segundo outras finalidades.

Sob o materialismo histórico-dialético, a conflitualidade deve ser analisada como expressão das contradições sociais e espaciais do modo de produção. O conflito não nasce simplesmente da falta de consenso entre atores equivalentes. Ele emerge de relações estruturalmente assimétricas, nas quais

empresas, Estado e comunidades dispõem de capacidades muito distintas para apropriar-se da terra, influenciar instituições e produzir legitimidade.

A incorporação de novos territórios à acumulação exige simultaneamente construção e destruição. Constroem-se fábricas, estradas, ferrovias, redes de informação e sistemas de controle. Ao mesmo tempo, usos anteriores são desvalorizados, formas de produção são subordinadas e territorialidades podem ser precarizadas ou desfeitas. O espaço capitalista é produzido por essa dialética entre criação e expropriação.

A formulação lefebvriana permite compreender que o empreendimento agroindustrial não constitui apenas uma instalação econômica, ele é uma intervenção capaz de alterar fluxos, hierarquias, ritmos e representações. O capital produz um espaço abstrato, calculável e funcional, no qual terras, recursos e pessoas são avaliados segundo sua contribuição à valorização. As diferenças históricas e sociais tendem a ser tratadas como obstáculos à racionalização.

O Acampamento Viva Deus, por sua vez, expressa uma forma distinta de territorialização. Sua existência não se reduz à ocupação física da área, ele produz relações comunitárias, identidade política, memória coletiva e práticas de trabalho. A terra é constituída como espaço vivido e como horizonte de reprodução social.

A centralidade analítica do caso reside justamente no confronto entre essas territorialidades, de um lado, encontra-se a racionalidade corporativa do complexo florestal, orientada pela padronização, pela escala, pelo controle logístico e pela valorização da terra. De outro, a territorialidade camponesa, que relaciona terra, trabalho, moradia, reprodução familiar e pertencimento.

A disputa extrapola, portanto, a dimensão jurídica da propriedade, pois trata-se do conflito entre projetos de produção do espaço. A territorialização empresarial tende a converter a terra em componente de uma cadeia global, a territorialização camponesa reivindica sua utilização como condição de existência. A primeira busca homogeneidade e previsibilidade; a segunda sustenta usos múltiplos e relações sociais que não se reduzem inteiramente à mercadoria.

Essa oposição não significa que o campesinato exista fora do capitalismo, os camponeses comercializam produtos, compram insumos e se vinculam aos mercados. Todavia, sua reprodução não se estrutura necessariamente pela maximização contínua do lucro. A unidade entre família, trabalho e terra introduz uma lógica distinta daquela da empresa capitalista.

A permanência do campesinato revela, nesse sentido, uma contradição do desenvolvimento agrário, ou seja, diferentes perspectivas modernizadoras previram seu desaparecimento diante da expansão do capital. Contudo, o capitalismo produz simultaneamente expropriação e recriação de

formas camponesas. A concentração da terra expulsa trabalhadores, mas também gera lutas pela reforma agrária, ocupações e novas territorialidades (Martins, 1981; Oliveira, 2007; Fernandes, 2013).

O Acampamento Viva Deus materializa essa dinâmica, sua formação não decorre apenas da insuficiência conjuntural de uma política agrária. Relaciona-se à estrutura fundiária e às formas contemporâneas de concentração e controle territorial. As famílias não constituem resquícios de um mundo rural pré-moderno; são sujeitos produzidos pelas próprias contradições atuais do capitalismo.

A ação camponesa demonstra que a desterritorialização não é um processo unilateral, pois à medida que o capital procura subordinar áreas e recursos, grupos sociais elaboram estratégias de permanência, ocupação e reterritorialização. O acampamento transforma a terra disputada em espaço político, retirando-a da invisibilidade e obrigando instituições e empresas a responderem à demanda coletiva.

O território torna-se, assim, uma categoria simultaneamente analítica e política, permitindo apreender que os conflitos agrários não tratam apenas de uma porção de solo, mas das relações de poder que definem quem pode produzir, habitar e decidir. A propriedade formal é uma dimensão importante, mas não esgota a realidade territorial.

A análise do caso também requer considerar a atuação do Estado. A expansão do capital florestal depende de políticas, normas, financiamentos, infraestrutura e mecanismos de segurança jurídica. Ao mesmo tempo, as famílias camponesas dependem de ações estatais para regularização, desapropriação e criação de assentamentos. O Estado aparece, portanto, como terreno contraditório de disputa.

Não se trata de concebê-lo como aparelho homogêneo que age sempre de maneira linear em favor das empresas, pois, diferentes órgãos e escalas podem assumir posições divergentes. Entretanto, a seletividade estrutural manifesta-se na distribuição desigual de recursos, tempos e capacidades institucionais. Grandes investimentos recebem frequentemente tratamento prioritário, enquanto demandas de reforma agrária permanecem submetidas a morosidade e indefinição.

A temporalidade institucional produz efeitos territoriais, a agilidade concedida aos projetos empresariais favorece a consolidação de fatos econômicos e materiais, por outro lado, a demora na regularização das famílias mantém o acampamento em situação de precariedade, limita sua produção e dificulta o acesso a políticas públicas. A espera deixa de ser apenas problema administrativo e transforma-se em mecanismo de desterritorialização.

A criminalização das ocupações insere-se nessa mesma dinâmica, que ao representar os movimentos como ameaças à ordem e à propriedade, desloca-se o debate das causas estruturais da questão agrária para a conduta individual dos sujeitos mobilizados. A concentração fundiária, a função

social da propriedade e a demora do Estado tornam-se secundárias diante da qualificação jurídica da ocupação.

Criminalizar a luta pela terra possui efeitos territoriais concretos, assim, Procedimentos judiciais, denúncias, ameaças e vigilância podem restringir a circulação, inibir plantios, fragilizar lideranças e produzir medo. A coerção não precisa resultar necessariamente em expulsão imediata; pode operar por meio da precarização cotidiana das condições de permanência.

Desse modo, a criminalização participa da produção da hegemonia territorial do capital, apresentando a propriedade privada como fundamento absoluto da ordem, enquanto formas coletivas de apropriação são deslegitimadas. O Estado deixa de aparecer somente como mediador e revela sua participação na organização das condições políticas de reprodução da territorialidade dominante.

Isso não elimina a resistência, apesar da repressão produzir certa desmobilização, também torna mais evidente a assimetria do conflito e fortalecer a identidade coletiva. As famílias organizadas transformam experiências de insegurança em denúncia, reivindicação e memória política.

A análise proposta neste artigo orienta-se, portanto, pela seguinte questão: de que modo a reestruturação produtiva do capital, concretizada pela territorialização do complexo florestal da Suzano no sudoeste do Maranhão, reorganiza as relações entre Estado, empresa e campesinato e produz novas formas de conflito no Acampamento Viva Deus?

Parte-se da hipótese de que o conflito não deriva exclusivamente de uma disputa localizada pelo acesso à terra, ele expressa a incompatibilidade entre dois projetos territoriais. O primeiro encontra-se subordinado às necessidades da cadeia global da celulose e depende da homogeneização produtiva, da estabilidade jurídica e da funcionalização dos recursos. O segundo busca constituir a terra como espaço de trabalho, moradia, sociabilidade e reprodução coletiva.

A territorialização empresarial, apoiada por políticas públicas, investimentos e dispositivos jurídicos, tende a pressionar e subordinar territórios camponeses. Esse processo pode produzir desterritorialização material, restrição produtiva, deslegitimação política e criminalização. Em resposta, as famílias constroem formas de resistência que transformam a presença na terra em ação política e em afirmação de uma identidade territorial.

O objetivo central do artigo consiste em analisar como a expansão do agronegócio florestal participa da reorganização do espaço agrário maranhense, tomando como referência o conflito entre a Suzano Papel e Celulose e o Acampamento Viva Deus. Busca-se compreender a reestruturação produtiva como estratégia de recomposição da acumulação, interpretar a constituição do território corporativo da celulose, examinar as diferentes dimensões da conflitualidade e discutir a criminalização como mecanismo de controle territorial.

A investigação encontra-se fundamentada no materialismo histórico-dialético. Essa orientação não é empregada como fórmula abstrata, mas como perspectiva destinada a apreender as mediações entre o caso concreto e a totalidade social, ou seja, O fenômeno local não é tratado como simples reflexo de determinações gerais. Procura-se compreender como as tendências globais da acumulação se materializam em condições históricas e territoriais específicas e como os sujeitos locais reagem, transformam e tensionam essas determinações.

A totalidade, nessa perspectiva, não corresponde à soma de todos os fatos, mas à articulação contraditória das relações que estruturam o objeto, logo, a expansão da Suzano, a política estatal, a concentração fundiária e a resistência do acampamento não constituem elementos independentes. Formam um processo social cuja unidade precisa ser reconstruída analiticamente.

O território é concebido como produto e condição das relações de poder, e não apenas como resultado final do conflito, mas o meio pelo qual as classes e grupos realizam seus projetos. A empresa precisa de território para organizar a produção e assegurar a circulação; as famílias precisam dele para viver, trabalhar e reproduzir-se. O conflito é espacial porque a realização de um projeto pode limitar ou impedir a realização do outro.

O percurso metodológico articula pesquisa bibliográfica, análise documental, informações institucionais, observação direta e trabalho de campo junto às famílias do Acampamento Viva Deus. A abordagem é predominantemente qualitativa, embora dados quantitativos possam contribuir para caracterizar a dinâmica econômica e fundiária. Os relatos, as práticas territoriais e os documentos são interpretados a partir das categorias produção do espaço, território, trabalho, conflitualidade, territorialização, desterritorialização e reprodução ampliada do capital.

A contribuição pretendida não consiste apenas em descrever um conflito e sim buscar demonstrar que a expansão do agronegócio florestal constitui uma forma contemporânea de atualização da questão agrária. A modernização técnica não suprime a concentração fundiária; conecta-a a circuitos financeiros, industriais e logísticos mais complexos. A grande propriedade tradicional articula-se a novas modalidades de controle territorial, sem que o problema do acesso à terra seja resolvido.

Compreender o conflito entre a Suzano e o Acampamento Viva Deus significa, assim, apreender em escala concreta a produção simultânea de geografias da acumulação e geografias da resistência. A empresa reorganiza o território segundo as necessidades da valorização, enquanto as famílias produzem formas de permanência que contestam a conversão plena da terra em mercadoria.

A análise da questão agrária deixa de estar circunscrita à oposição entre latifúndio tradicional e pequenos agricultores, passa a envolver corporações internacionalizadas, capital financeiro,

certificações ambientais, redes logísticas e aparelhos jurídicos sofisticados. A expansão do capital produz territórios tecnicamente modernos, mas socialmente marcados pela permanência da exclusão.

Por essa razão, a questão agrária não deve ser compreendida como resíduo de um passado incompletamente superado, constitui uma dimensão ativa do capitalismo contemporâneo. A financeirização da terra, a expansão das fronteiras de commodities e a intensificação dos conflitos revelam que a concentração fundiária permanece funcional às novas estratégias de acumulação.

Ao mesmo tempo, o campesinato não aparece como sobrevivência destinada ao desaparecimento, a sua permanência e recriação expressam a capacidade dos sujeitos de produzir territorialidades e resistir às formas de expropriação. O Acampamento Viva Deus constitui, nesse sentido, uma espacialidade insurgente: um território em formação que questiona a naturalização da propriedade concentrada e afirma outro uso possível da terra.

O conflito investigado permite observar que a violência territorial não se encontra fora do desenvolvimento capitalista, pelo contrário, ela integra as formas pelas quais o espaço é reorganizado, os recursos são apropriados e as resistências são disciplinadas. A territorialização corporativa produz infraestrutura e crescimento econômico, mas também insegurança, desigualdade e confrontos.

É nessa articulação entre Estado, capital e resistência que reside a principal problemática deste estudo. A expansão da Suzano não deve ser explicada apenas por fatores locacionais ou decisões empresariais, deve ser compreendida como parte de uma reorganização mais abrangente do território maranhense, orientada pela especialização produtiva e pela inserção subordinada nos mercados globais.

O Acampamento Viva Deus, por sua vez, não deve ser reduzido à condição de grupo atingido, pois, as famílias são produtoras de espaço e sujeitos políticos, logo, sua permanência reorganiza o território, atribui novos sentidos à terra e revela os limites da hegemonia corporativa.

A disputa territorial estudada possui, portanto, uma dupla dimensão, ou seja, expressa as tendências universais da reprodução capitalista e, simultaneamente, as particularidades históricas da formação agrária maranhense. A escala local não é uma ilustração passiva de processos globais; é o lugar onde eles se concretizam, assumem formas específicas e encontram resistência.

A questão central não consiste apenas em identificar quem controla juridicamente determinada área, mas em compreender quais projetos sociais disputam sua produção. A terra pode ser organizada como ativo de uma cadeia internacional ou como fundamento da reprodução camponesa. Essas possibilidades não são equivalentes nem coexistem necessariamente de forma harmoniosa.

Ao situar a análise nesse horizonte, o artigo reafirma a relevância da Geografia Agrária crítica para a compreensão do capitalismo contemporâneo, o território permite relacionar economia, política,

natureza e trabalho sem reduzir o conflito a uma única dimensão. Ele evidencia que toda estratégia de acumulação necessita produzir uma ordem espacial e que toda ordem espacial pode ser contestada.

## 2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL

Como se sabe, desde os primórdios da colonização que a ocupação de terras brasileiras assumiu a característica de colônia de exploração, que se concentra em tirar tudo que pudesse oferecer para o enriquecimento da metrópole portuguesa, dessa forma o espaço geográfico brasileiro foi transformado tendo em vista as necessidades do mercado externo, degradando assim o mercado interno.

No Brasil a agroindústria é implantada em 1530 com a plantação de cana-de-açúcar, ainda durante a colonização portuguesa no Brasil, ocorrendo assim o regime de propriedade rural. Com a plantação da cana-de-açúcar, a coroa portuguesa implanta a doação de terras, chamado de sesmarias, o que vai implicar a doação de terras aos pretendentes que tivesses um status social aceitável e condições de fazer Portugal lucrar com tal empreendimento.

Sobre esse sistema colonial, Melhem Adas (2014) deixa bem claro a forma que ocorreu a divisão explorada das terras dos nativos e as suas consequências principalmente para os escravizados, que em tempos de crise eram os que mais sofriam com a escassez de alimentos, visto que trabalhavam nos engenhos e tinham os posseiros com asplantações para a subsistência. Assim ele escreve:

> No período colonial, os poucos trabalhadores livres que existiam estavam vinculados aos engenhos, formando o assalariado. Além deles, havia os mercadores clérigos (que moravam na própria casa-grande do senhor de engenho) e os que se estabeleciam em um pedaço de terra que não havia sido doado pela Coroa (os posseiros), onde se dedicavam à agricultura de subsistência. A posse, dentro dos parâmetros oficiais, era ilegal, mas foi o que deu origem às pequenas propriedades rurais no Brasil ( Melhem Adas, 2014, p.182).

Com a origem das pequenas propriedades de terra sobre um sistema tão esmagador, os pequenos agricultores são vistos como vadios, como marginais pela sociedade escravista e pelos latifundiários. A elite da época era sabedora que o sistema implantado e forçado aos povos originários que causou essa visão do pequeno produtor, sendo apenas reflexo do sistema latifundiário imposto no Brasil.

Em 1820, o sistema de sesmarias deixa de usado e é substituído por longos 30 anos e que a terra não é regulamentada, sendo ocupada por várias pessoas de diversos lugares e estados, intensificando a ocupação de terras por meio do sistema de posses, aumentando o número de pequenas propriedades rurais.

Somente em 1850 que é estabelecida uma nova legislação, a Lei de Terras, que modifica novamente a forma de ocupação das terras no Brasil. Tendo como um dos seus interesses o regime de acesso a terra

pela posse, pela ocupação pura e simples. Assim como a sesmarias a Lei de Terras só veio a beneficiar os grandes latifundiários, e mais uma vez o trabalhador livre enfrenta os obstáculos para ter acesso à terra.

O início da década de 1970 é marcado pela ocorrência de mudanças no mundo do trabalho, particularmente pelas transformações à cerca da reestruturação produtiva. Com a necessidade de reprodução do capital, são inventados formas muitas vezes perversas de garantir a sua continuidade O processo alo qual o campo é alterado sua forma de produção nada mais é do que uma invenção do grande capital para favorecer a classe detentora dos meios de produção. A inserção de máquinas agrícolas, insumos, agrotóxicos e etc. faz com que o camponês fica fora do processo. Para Delgado (1985) e Martine (1991),

> a modernização da agricultura se trata de um processo mais antigo, mas que ganha amplitude a partir do pós-guerra. Neste sentido, refere-se à mudança na base técnica da produção agrícola ocorrida em virtude da introdução de máquinas, elementos químicos como fertilizantes e agrotóxicos, novas espécies e variedades de sementes e novas ferramentas na agricultura. Portanto, consiste no processo de transformação dos meios de produção utilizados pela agricultura, de meios naturais para bens de produção industriais" (DELGADO, 1985, apud Guilherme marine, 2016 .p. 37).

O capital financeiro da agricultura está se modernizando, com a produção da agricultura em produzir também matéria-prima para a indústria, deixando de produzir apenas para o consumo final. Com isso os segmentos comerciais e industriais começam a fazer parte das atividades agrícolas, reestruturando o campo e o mundo trabalho dos camponeses.

Entendendo que a modernização da agricultura está completamente conectada com a reestruturação produtiva, o valor da terra aumenta consideravelmente de acordo com o seu uso e destino de seus produtos. O maquinário faz o "serviço" reduzindo drasticamente a mão de obra, deixando os camponeses de mãos atadas diante a situação.

A modernização da agricultura brasileira é fruto da interação entre a industrialização do campo, da agroindustrialização das atividades agrárias e das mudanças sociais e políticas entre grupos sociais.(Guilherme, apud Muller 1989). Tendo como resultado a introdução das atividades agrárias ao capital industrial e financeiro. Com a crescente demanda do capital, acentua-se a diferença entre dominadores e dominados no atual contexto social, político e econômico.

Analisando o processo histórico da modernização da agricultura, percebe-se que no processo histórico, a reestruturação resulta de interesses do Estado neoliberal e do capital financeiro privado favorecendo a complexidade do campo e a desigualdade que se mostra a partir da expropriação perversa do camponês como sujeito que tem sua vida escrita na terra.

Pode-se observar que desde o empreendimento que foi a colonização no Brasil, que os pequenos proprietários veem seus direitos esmagados pelo grande capital, pelo lucro e pela concentração de terra nas mãos de poucos, mas que possuem uma grande influência sobre o Estado, afinal de contas eles tem o poder de compra, e compram principalmente o apoio do Estado. Fazendo grande parte da população viver a mercê de um sistema que tira de muitos para se ver o enriquecimento de poucos. Dentro do processo visto acima, a reestruturação produtiva do campo como instrumento do capital acaba sendo um ataque à história do sujeito que se materializa como camponês, que em pleno século tem que lutar por acesso a terra, sendo que é um direito obtido como cidadão.

## 2.1 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA COMO INSTRUMENTO DO CAPITAL

Estrutura fundiária é a forma como as propriedades rurais estão organizadas e distribuídas quanto ao número e ao tamanho. É por meio destas que podemos compreender a realidade social de um grupo socialmente excluído pela má distribuição e que com a ajuda dos poderosos tem se tornado mais difícil acontecer de forma efetiva e constitucional.

Entendendo que a estrutura fundiária é uma herança dos tempos coloniais, que o momento em que começou a concentração de terras. O Brasil diferente de outros países não rompeu com tal estrutura de poder, não vivenciando uma ruptura histórica e de alteração de poder que levasse a uma reforma agrária efetiva.

Além dos conflitos e desigualdades relacionadas ao trabalho, a grande concentração de terras no Brasil produz uma imensa disparidade entre proprietários e camponeses e sem terra, na história do Brasil possui uma grande tensão agrária e conflitos no campo, sobretudo a partir dos anos 40, onde a uma alta produtividade e terras ociosas; agronegócio e agricultura familiar, além de sistemas de produção distintos.

Ariovaldo Umbelino (2007) deixa bem claro a contradição existente na acumulação de terras e entre à concentração de capital, portanto:

> O processo de concentração da terra sob o modo capitalista de produção difere do processo de concentração do capital. Difere porque a concentração da terra é produto do monopólio de uma classe sobre um meio de produção específico, particular, que é a terra (Umbelino, Ariovaldo, 2007, p.99).

Dessa Maneira o autor deixa claro que no capitalismo a terra é transformada em mercadoria, devido o preço em que possui, mas ao mesmo tempo não possui valor porque não é fruto do trabalho humano. “A propriedade capitalista da terra é renda capitalizada; é direito de se apoderar de uma renda,

que é uma fração da mais-valia social e, portanto, pagamento subtraído da sociedade em geral" (Umbelino, Ariovaldo. p.99).

Conforme citado anteriormente há essa diferença entre concentração de terra e a concentração do capital, é que na primeira se tem um processo que retira capital do processo produtivo, já na concentração do capital é uma forma de aumento de poder sob a forma de exploração, sendo extraído do trabalho não pago, sendo, portanto, a mais-valia.

Considerando que as estruturas são momentos provisórios, segundo Lefebvre (1971), podemos dizer que a reestruturação é um movimento ao mesmo tempo de "continuidades" e "descontinuidades". A reestruturação produtiva do capital só ocorre quando as estruturas vigentes já não atendem às necessidades do capital, nesse sentido, ela é uma válvula de escape para a crise estrutural do capital.

Mészáros (2015) tem a necessidade de analisar o Estado Moderno segundo o capitalismo, pois, segundo o autor o Estado tornou-se a expressão política do capital, a forma de organizar as forças produtivas, o regime de propriedade privada, as relações entre classes sociais e um intricado sistema de regras e condutas que viabilizam a economia de mercado, que entendemos as mudanças e as crises que surgem no/do capitalismo.

O autor coloca que a função principal do Estado é o exercício que o mesmo possui para a reprodução do sistema do capital, sob o efeito da crise estrutural do capital e de sua abrangência global. Com isso o capital surge nas relações sociais, uma relação fundada no trabalho assalariado, no trabalho social, que segundo a história o requisito básico é a completa separação do trabalho vivo e as condições objetivas de sua atividade produtiva. O capital está presente na sujeição do trabalho vivo, no trabalho alienado e objetivado do sujeito que trabalho.

Dessa forma entende-se que, a as mudanças e as crises que surgem no/do capitalismo, coloca o Estado numa posição de marionete do capital, pois as crises tanto estruturais como sociais passam a ser de responsabilidade do Estado, deixando o capital "livre" de ataques primários.

Concordando com tal perspectiva, Jessé Souza (2016) coloca:

> De fato, Estado e mercado são inseparáveis. Não existe mercado dinâmico sem a infraestrutura material e simbólica do Estado, que garante todos os pressupostos da atividade econômica, mas também zela pela segurança contratual por meio do aparato judiciário e policial. Por sua vez, não existe atividade estatal possível sem os impostos produzidos pelo mercado e pela atividade econômica. O entrelaçamento é total. Qualquer separação é meramente analítica, para fins de compreensão da própria interdependência (Souza, Jessé, 2016, p. 38).

O capitalismo serve a uma meia dúzia de endinheirados, que a partir do trabalho realizado por 99% da população, tende a favorecer 1% apenas. O Estado apenas mantém o controle de revoltas e questionamentos que não afetem a essa forma de organização. Um exemplo em Imperatriz é a empresa

Suzano Papel e Celulose que constantemente exerce ataques aos acampados do Viva Deus, desde a instalação da fábrica, percebe-se esta constante que cessa em alguns momentos e se intensifica em outros.

Lefebvre (1985) fala sobre a importância do espaço para o modo de produção capitalista, afirmando que: "A organização do espaço centralizado e concentrado serve ao mesmo tempo ao poder político e à produção material, otimizando os benefícios. Na hierarquia dos espaços ocupados as classes sociais se investem e se travestem" (p. 9).

Sendo assim, o Espaço é um produto social, mas não pode ser tratado como alguma coisa vazia, e sim como um conjunto de relações. Seguindo a afirmação feita por Lefebvre podemos dizer que: Um dos fatores que é responsável por essas relações é o modo de produção capitalista que rege as relações sociais tanto as já existentes como cria novas relações baseadas nos interesses da classe burguesa, propiciando assim a afirmação e a continuação da hegemonia burguesa. Onde "O espaço é a materialização da existência humana (LEFEBVRE, 1991, p. 102).

A elite do dinheiro tendo a apoio do Estado, baseia-se na perspectiva de que tudo pode para alcançar o objetivo de expropriar o camponês de seu espaço de luta e resistência, causando uma sequência de golpes e ataques para com esses sujeitos. A terra deixa de ter valor apenas de uso e passar ater valor de troca.

Sobre isso David Harvey (2016) mostra que: "Os valores de uso são infinitamente variados, enquanto o valor de troca é qualitativamente idêntico". Ao entender que a luta é sempre de classe, é que o camponês – sujeito a ser estudado no processo de reestruturação do capital – precisa entender seu papel enquanto proletário "o sujeito social da emancipação é o proletariado porque é forçado, pela maturação das contradições antagônicas do sistema do capital, a subverter a ordem social dominante, ao mesmo tempo que é incapaz de impor a si próprio como uma nova parcialidade dominante- uma classe dominante mantida pelo trabalho de outras – sobre toda a sociedade" (KARL MARX, "Meeting ofthe Central Authority",1850 apud. IstvànMészáros).

O capital se apropria da força de trabalho do camponês no momento em que o mesmo tem que produzir e vender na cidade, sendo a terra transformada em mercadoria. Moacir Palmeira (sd.) deixa claro como é grave a questão da modernização da agricultura:

> Essa modernização, que se fez sem que a estrutura da propriedade rural fosse alterada, teve, no dizer dos economistas, "efeitos perversos": a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de auto-exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo (Palmeira, Moacir. sd. p. 87).

Observa-se que a luta pela terra não é um problema da contemporaneidade. Lutas eram travadas entre camponeses e a nobreza feudal na Idade Média, analisando que o Estado sempre favorecia os nobres feudais.

Esperava-se que aos poucos o campesinato ficasse esquecido ou deixasse de existir. Seria mais interessante a força hegemônica, como deixa claro João EdmilsonFabrini (2007):

> A compreensão hegemônica foi de que o campesinato não teria lugar na sociedade com a intensificação e mundialização das relações capitalistas. O progresso da sociedade representado pela modernização das forças produtivas tenderia a eliminar as relações sociais de produção "atrasadas", como a camponesa. (Fabrini, José, 2017. p.9).

É isso que demonstra a lógica do capital com o sentido da reestruturação do campo, o que os grandes capitalistas querem é o fim do camponês, que eles deixem de existir ou que simplesmente se "modernizem" e migrem para a cidade, para enfim poderem usar as terras emfunção do progresso.

A reestruturação produtiva pode ser considerada sinônimo de sofrimento para os camponeses, visto que tal configuração do capital visa apenas o lucro, o solapamento da terra e consequentemente a desistência da luta de homens e mulheres que dia após dia lidam com a terra.

### 2.1.1 A reestruturação produtiva no campo maranhense.

Aos poucos os camponeses viram a terra sendo engolida pelo capital, sendo usada apenas para exploração, favorecendo um grupo mínimo da sociedade. O que antes tinham como direito, agora teriam de comprar tudo o que tinham gratuitamente.

A reestruturação produtiva tem seu firmamento no Estado neoliberal e faz do camponês um objeto nessa relação desigual e esmagadora**.** A má distribuição de terras no Maranhão faz com que a desigualdade aumente afetando quem depende diretamente da terra, fazendo com que a estrutura fundiária seja desigual.

Faz-se necessário analisar o campo maranhense para que possamos perceber o quanto o número crescente de lutas travadas pelos camponeses aumentou nos últimos anos devido a preferência das terras para grandes capitalistas.

Segundo István Mészáros (2015) "...os poderes e deveres são mais iniquiamente distribuídos na ordem socioeconômica, e não apenas na ordem político/constitucional, estabelecida." Para este autor a divisão de classes é uma das formas perversas do capital. Sendo assim, o camponês tem os seus direitos constitucionais violados pelo Estado e pelo "donos do poder". Em Imperatriz como donos do poder, a empresa Suzano Papel e Celulose que a todo momento infringe o direito dos Acampados do Viva Deus, os proibindo de exercer seu papel e função de camponês.

Nesse sentido, o espaço sendo a materialização das relações sociais e essas, determinadas pelo modo de produção, no nosso caso capitalista, este estruturado em classes sociais, entendemos que a luta é sempre de classe. E é na luta cotidiana contra o espaço do capital que os camponeses do Acampamento Viva Deus ocupam o território, e constroem a possibilidade de (re)configurar o espaço hegemônico, através da conquista do território.

No Maranhão existe a necessidade vinda do Estado de progresso e desenvolvimento, tal perspectiva só seria possível com a inserção do mesmo no capital mundial. A Necessidade de está inserido surge no momento em que a globalização fez-se presente em todas as culturas.

Com a necessidade de constante progresso vinda do Estado, o campo também sofre com tal progresso, a modernização da agricultura é um fator de extrema complexidade e que precisa ser compreendida para que se entenda as transformações causadas ao camponês, a perversidade com que esse é submetido ao projeto do capital.

Sobre a moderização da agricultura e sua perversidade Moacir Palmeira (sd.)

> "... a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa auto-exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo" (MOACIR PALMEIRA, sd. p.87).

Com tal modelo de progresso, a diferença de classe aumenta causando uma maior proletarização do trabalho e suas relações. O que busca o camponês dentro desse processo no qual é obrigado a está inserido, não é apenas representar a agricultura, mas de acabar com a hierarquização dentro do modelo que lhes é proposto. As relações sociais são atacadas, enfraquecidas e por vezes desmanchadas.

Sempre que o capitalismo se reinventa, o camponês sofre as consequências, seja com a modernização da agricultura com a inserção de máquinas no campo seja com a consequência desse processo, a expropriação.

O projeto denominado MATOPIBA tem suas raízes no plano político dito como desenvolvimentista que visa simplesmente a destruição das terras voltadas para o camponês, visa transformar a área de reforma agrária num verdadeiro "centro de concentração" que irá produzir *commodites* que destrói não apenas o solo mais também centenas de famílias, pois o solo após o plantio dessa nova forma de economia mundial, irá ficar impossibilitado de gerar frutos para o trabalhador camponês, transformando o solo rico em um solo empobrecido e usando deste solo apenas para gerar capital estrangeiro. Sendo uma maneira perversa prejudicar os camponeses e outros povos que, há

anos, buscam a regularização de suas terras, faz aumentar a grilagem das terras e a violência de forma mais explícita por parte do Capital.

A criação desse projeto é vista como um ataque direto aos camponeses que terão suas terras engolidas pela plantação de soja como expressão do capital industrial e financeiro. Dentro da perspectiva de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007)

> O desenvolvimento do capitalismo é produto de um processo contraditório de reprodução capitalista ampliada do capital. Ou seja, o modo capitalista de produção não está circunscrito apenas à produção imediata, mas também à circulação de mercadorias, portanto, inclui também a troca de mercadorias por dinheiro e, obviamente, de dinheiro por mercadorias (Umbelino, Ariovaldo, 2007. p. 20).

Dessa forma, a inserção desse modelo de desenvolvimento econômico para os Estados que compõem este grande projeto, é de grande desumanização, visto que terá de desapropriar inúmeras famílias camponesas para que haja de fato a sua dominação.

A reestruturação trás consigo uma configuração industrial, consequentemente desigual se sobressai de forma aberta, mostrando que o capitalismo está dentro de lógica contraditória. Onde agora indústria e capitalismo se juntam, isso se dá porque o capitalista agora é também latifundiário.

## 2.2 O PLANTIO DE EUCALIPTO NA MICRO REGIÃO DE IMPERATRIZ

Durante o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), foi pouco tempo, porém foi o suficiente para implantar um programa de formação dos Polos Florestais da Amazônia Brasileira.

Visto que a década de 1990 é marcada por uma demanda de grande produção de carvão vegetal, tal necessidade abre precedente para a empresa CELMAR atuar como pioneira na monocultura de eucalipto na região maranhense. Modificando a paisagem natural e a tornando numa paisagem sem vida com o monocultivo do eucalipto.

Tal mudança não foi feita por completo, pois a CELMAR não chega a implantar a fábrica de celulose, ficando apenas na fase de plantação do eucalipto. Com privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a CELMAR foi substituída pela Ferro –Gusa Carajás, onde ficaram responsáveis pelo cultivo nos municípios de Imperatriz e Cidelândia.

A Companhia Vale do Rio Doce, vendeu em 2008, aproximadamente 80 mil hectares de plantio de eucalipto para a Suzano Papel e Celulose.

O Brasil sendo o 5º produtor de celulose, em 2012 passa a ser terceiro no ramo. Isso só foi possível com os investimentos feito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) fortalecendo o processo.

Vicente Eudes e Mariana Leal ( 2016) , deixam bem claro a fala anterior, ao enfatizar tal acontecimento com as seguintes palavras:

Esse investimento somente foi possível por causa do amplo apoio creditício de instituições estatais, criando e ampliando linhas de financiamento em todas as magnitudes. Com o intuito de estimular essa atividade econômica, foram criadas várias linhas de investimentos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para estruturação e fortalecimento do setor silvícola brasileiro (Alves, Vicente e Nóbrega, Mariana, 2016, p. 14).

Sendo a Suzano grande produtora de celulose, vai se interessar por tais investimento centram no cenário monocultor do eucalipto para a retirada de celulose, usada na produção do papel.

A chegada da Suzano no Maranhão é bastante vantajosa para eles, que encontram uma plantação grande de eucalipto – retiram quando sai o decreto destinando a área para fins de reforma agrária. Possuem produção em grande escala escolhe um Município do Maranhão para a instalação da fábrica de celulose, escolhendo Imperatriz.

A posição espacial estratégica é vista pela empresa como um importante fator locacional, favorável ao escoamento da produção, a qual é realizada pelos trilhos de mais de 100 km da estrada de ferro operada pela Companhia Vale e, ainda, por 28 km de ramal ferroviário ligando a fábrica até a Ferrovia Norte-Sul (FNS). Esse último trecho, em fase de construção pela Suzano Papel e Celulose, conta com o apoio logístico e de incentivos fiscais do município de Imperatriz e, principalmente, do estado maranhense (Alves, Vicente e Nóbrega, Mariana, 2016, p. 17).

Percebe-se que o cultivo de eucalipto no Maranhão se dá a partir da década de 1990 com a chegada da CELMAR, depois da Ferro-Gusa Carajás até chegar na Suzano e está ainda hoje na posse deles a produção e a fábrica de celulose.

Suzano Papel e Celulose começam a construção da fábrica no Município de Imperatriz, em 2013 e finalizam em 2014. Iniciando o seu funcionamento na produção de celulose para exportação.

### 2.2.1 O impacto da chegada do eucalipto na estrada do Arroz

Para que haja a plantação de monocultura de eucalipto, se fez necessário uma autorização do Estado e do Município. Em Imperatriz a implantação da empresa Suzano Papel e celulose se deu através de uma ideia de progresso para a região, porem não foi avaliado o problema causado para as famílias acampadas na estrada do Arroz.

A escolha da empresa pela região se dar principalmente pelos baixos impostos, baixos investimentos em saneamentos básicos e etc. Como bem deixa em evidência Filipe Correia Duarte (2012):

Ricardo Carrere& Larry Lohmann (1997) e Henri Acselrad (2007) afirmam que a monocultura de eucalipto nas mais distintas regiões do mundo está associada à participação do Estado, através de isenções fiscais, investimentos diretos em infra-estrutura, transporte, liberação de licenças, legislações e jurisprudências; como também as pesquisas científicas apoiadas por recursos empresariais, cunhando a terminologia "floresta" ao referirem-se aos plantios monoculturais, e a lógica de exportação de conflitos e riscos ambientais. (Duarte, Filipe, 2012, p.2)

Em outro momento às facilidades que compõe a preferência de empresas, estatais no Brasil, principalmente em Estados como o Maranhão que tem inclusive IDH baixo, ou mesmo um grande número de desempregados, com a ideia de desenvolver a região fazendo o capital circular.

Paralelamente, em países como o Brasil, tais atividades são atraídas por políticas governamentais de desenvolvimento que incluem isenções fiscais, facilidades de infra-estrutura e financiamento, água abundante, reconversão de atividades produtivas, alteração das formas de ocupação do espaço, dentre outras; deste modo, ocorre à inserção crescente de territórios latino-americanos nos fluxos internacionais de acumulação. (Duarte, Filipe, 2012, p.11).

O território em que a monocultura do eucalipto é plantado destrói por completo o solo, seca rios, deixa mal cheiro na cidade, causando conflitos principalmente com os acampados à beira da estrada, onde ficam a mercê de ameaças constantes de serem desapropriados, e sem assistência, inclusive do órgão responsável pelo fornecimento de energia – CEMAR.

Sendo assim, Filipe Correia (2012) relaciona os problemas socioambientais, causados por esse tipo de cultivo com problemas culturais e econômicos "o ambiente é palco de conflitos socioambientais que refletem não apenas o modelo cultural e econômico vigente, mas também a correlação de forças preponderante na sociedade". (P.13).

O plantio de eucalipto no Maranhão, trás consigo uma necessidade em se alcançar a reforma agrária como uma demanda social e não apenas como uma ação do governo como qualquer outra política. Passa a ser uma demanda social politicamente que não pode ser ignorada.

## 3 ACAMPAMENTO VIVA DEUS: TERRITÒRIO DE LUTA, RESISTÊNCIA E ESPERANÇA

A luta é diária, a vida é dura, os acampados sofrem repressão do latifundiário e do Estado. Mais isso não os deixa perder a fé e a esperança em um mundo melhor, onde os seus direitos sejam respeitados, onde possam plantar sem que sejam coagidos, um mundo em que possam ser o que são: Camponeses.

A esperança por serem assentados e direito de colocarem suas roças é os que lhes cercam, é um desejo e vontade comum entre as famílias acampadas à Beira da estrada, com objetivo de seguirem

firmes na luta em busca da queda do grande império – como os próprios acampados chamam a empresa Suzano – da tão sonhada divisão das terras e de sua liberdade de ser camponês sem que sejam atacados, coagidos e solapados.

Para esses camponeses o direito pela terra é algo que deveria ser inviolável, a reforma agrária deveria ser respeitada – assim como qualquer direito previsto em lei e constitucionalizado. São desafios propostos todos os dias, são lutas travadas constantemente.

Para os acampados é uma simples falta de vontade do INCRA em assentar os camponeses nas terras e lhes dar o que de é direito. Mas eles não perdem a esperança de que sejam beneficiados com o programa da Reforma Agrária.

Em conversas informais com os acampados, todos possuem o mesmo desejo, a mesma esperança e em seus olhos a fé que carregam em conseguirem por direito a terra que já foi destinada para fim de reforma agrária.

Dona Zenilde dos Santos Silva, 63 anos, está na luta no acampamento Viva Deus desde 2009, morava em Imperatriz e era costureira. Hoje, se sente prejudicada em não poder exercer a sua profissão, em não poder está fazendo enxovais de bebê para ganhar um extra. A explicação para naço conseguir? A comunidade entrou com um pedido de ligação de energia na CEMAR, a empresa Suzano Papel e Celulose ao saber do pedido dos acampados, organizaram seu corpo jurídico e foram até a empresa CEMAR para solicitarem que o pedido dos acampados não fosse atendido, sob a alegação de que eles que possuíam a posse da terra.

Tal fato mostra como a empresa tem poder sobre órgãos do governo. Dona Zenilde, é uma entre tantas mulheres que sentem falta de exercerem suas profissões por falta condições que muitas vezes são barradas pela Suzano.

Dona Cleonice Lima Silva, 50 anos, 2 filhos, está na luta desde 2013. Espera o dia que será honrada com o decreto que destina a área para fim de reforma agrária, junto com seu esposo, os dois tem uma história muito bonita, pois lutam por um único objetivo. Cleonice enfrentou promotora de justiça, que foi paga para despejá-los em uma outro ocupação antes de chegar na estrada do arroz. Ela que segurou "as pontas" quando a tal promotora quis despejá-los sem ter mandando de despejo. *"Valdinar Barros, levou nóis pra São Pedro da Água Branca, com nove dias teve um despejo. Chegemo lá nesse lugar, pelo fundo da fazenda... chegou lá o capim era mais alto que essa casa, jogou nóis nesse capinzão lá, no inverno, nóis em cima desse capim, ninguém via a cor desse capim , era só formiga de fogo e cobra cascavél... da beira da pista pra lá pra dentro era 6 kilômetro, ela nunca disse que era uma invasão. Com nove dias veio o despejo, meio mundo de pistoleiro, ainda briguei*

*com a mulher que veio jogar nóis pra fora, eles nem era policial era pistoleiro lá da Açailândia, era policial para sendo pistoleiro, ela era promotora de justiça".*

Essa passagem da fala da Dona Cleonice, demonstra como foi um pouco da trajetória dela, ela e o grupo de sem terra foram enganados diversas vezes, até que foram chamados pelo Silvio – hoje presidente da associação – a ficarem nas terras que pertenciam a Gusa ferro Carajás, que depois passou a ser da Vale e por fim da Suzano Papel e Celulose.

Os acampados foram atacados pela Suzano, o Senhor Carmir Barbosa da Silva, 69 anos, diz que o ataque foi na tentativa da Suzano barrar a entrada de invasores na área para que o número de famílias não aumentassem. Mais eles – os acampados não acreditam que tenha sido por causa disso.

Se conversar com as 110 famílias que fazem parte do cadastro para receber seu lote de terra, ficara explícito a coragem com que lutam contra o grande capital, a fé que carregam na sua luta diária, a agonia da incerteza do amanhã e a esperança de que finalmente o decreto seja respeitado e consigam levar a diante a luta para outros camponeses e camponesas que iniciam a luta com o mesmo objetivo.

O camponês existe e resiste as forças produtivas dentro de um processo desigual e contraditório, é isso que faz surgir a luta, a resistência e a formação política. A necessidade de se organizarem para combaterem e vencerem o grande capital.

Nas palavras de Fabrini (2007) ele ressalta o que foi dito anteriormente

> ... é importante considerar que há um descompasso entre a modernização das forças produtivas e o desenvolvimento das forças sociais. A realidade aponta para a reprodução e existência do campesinato no processo contraditório e desigual das relações capitalistas, em que os camponeses, classe não tipicamente do modo de produção capitalista, têm se desenvolvido por meio das lutas e resitência nos diferentes movimentos sociais no campo. A consequência política e desenvolvimento são resultados de lutas e não necessariamente da modernização das forças produtivas (Fabrini, 2007, p. 12).

Dentro do processo de resistência, os camponeses desenvolvem diversas formas, seja no tratamento ambiental, seja no cultural, no econômico e no político. São ações que estão vinculadas ao seu movimento de plantação para auto consumo, que é também uma maneira de dizer não ao solapamento de suas terras pela monocultura de eucalipto.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração os diferentes aspectos apresentados da luta pela terra no cenário da reestruturação produtiva no campo maranhense, é que temos a respectiva pesquisa não só como um instrumento acadêmico que visa contribuir para com o desenvolvimento de análises sociais do fenômeno, mas, principalmente, de servir como mais um instrumento de luta dos acampados do Viva

Deus, denunciando as relações perversa sentre Estado e oagronegócio e as investidas deste últimonades articulação dos sujeitos emresistência.

Com a reestruturação produtiva, a forma de se reinventar do capital, aqueles que dependem da terra para subsistência ficam de "mãos atadas", visto que não possuem os mesmos mecanismos de luta que o grande capitalista.

O governo não age para promover uma divisão de terras, justa e igualitária, o histórico da situação agrária brasileira suscintamente pode ser observada nessas três etapas Colônia - Império - República, o que esses três períodos possui em comum é a concentração de poder, que está inerente não somente com o poder em si, dos governantes, mas com o poder de oportunidades, com a concentração de terras, ou seja, é o tipo de estratégia adotada pelo capital para produzir "à custa" do campesinato.

O grande desafio lançado aos sem terra é justamente forma de lutas, de combate, tudo para resistirem e não serem engolidos pelo grande capital. Com a concentração de poder vem também a concentração de terra e o solapamento de camponeses, indígenas, quebradeiras de coco. Todos em busca de um objetivo: a terra. O camponês vem construindo seu lugar social através de lutas e resistências registradas em diversos espaços e diferentes momentos históricos.

A reestruturação produtiva pode ser considerada sinônimo de sofrimento para os camponeses, visto que tal configuração do capital visa apenas o lucro, o solapamento da terra e consequentemente a desistência da luta de homens e mulheres que dia após dia lidam com a terra.

Diante a resistência dos camponeses em saírem das terras que já foram designadas para fins de reforma agrária, faltando apenas a demarcação do Incra, é que os grandes capitalistas não aceitam o camponês ainda existir, visto que para eles essa forma de vida é atrasada e inconveniente para os negócios do capital selvagem.

Torna-se necessário levar essas pautas para além dos muros das universidades, unirmos com os sem terra para que juntos alcancemos o objetivo em prol de todas as classes que são subjugadas e tendem a solapar com o empreendimento capitalista. Afinal de contas, se o campo não planta, a cidade não janta.

A luta é constante e a cada dia surgem novos sujeitos dentro da luta para agregar força. Recentemente, quando a pesquisa já estava sendo concluída, surgem um novo grupo de acampados as margens da BR, alguns metros antes do Acampamento Viva Deus. Tal fato demonstra a dificuldade de se estudar um movimento que está em constante movimento e ações.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Cartografia social, terra e território. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARROYO, Miguel Gonzales; FERNANDES, Bernardo Mançano. A educação básica e o movimento social do campo. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 1999.

DATALUTA. Boletim DATALUTA: Reconceitualizando a Reforma Agrária. Presidente Prudente: NERA/UNESP, jul. 2010.

DELGADO, Guilherme Costa. Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: UFRGS, 2012.

DUARTE, Filipe Correia. A expansão da monocultura de eucalipto no noroeste fluminense e seu potencial para a geração de conflitos socioambientais. Campos dos Goytacazes: UENF, 2012. Dissertação (Mestrado).

FABRINI, José Edmilson. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. Revista NERA, Presidente Prudente, ano 10, n. 11, p. 9-32, jul./dez. 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, José Edmilson (org.). Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Território camponês. In: CALDART, Roseli Salete et al. (org.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. 17 contradições e o fim do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2016.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

LEFEBVRE, Henri. The Production of Space. Oxford: Blackwell, 1991.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Reforma agrária: concepções, controvérsias e questões. Revista Reforma Agrária, Campinas, v. 23, n. 3, p. 5-26, set./dez. 1993.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado. São Paulo: Boitempo, 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária. São Paulo: FFLCH/LABUR, 2007.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. Estudos Avançados, São Paulo, p. 87-108.

PERPÉTUA, Guilherme Marini. Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha: a territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil contemporâneo. Presidente Prudente: UNESP, 2016. Tese (Doutorado em Geografia).

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A globalização da natureza e a natureza da globalização. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo; FERNANDES, Bernardo Mançano. MATOPIBA: a falsa novidade e a persistência dos conflitos territoriais. In: CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva;

ANDRADE, Thiago Valentim Pinto (org.). Conflitos no Campo Brasil 2019. Goiânia: CPT Nacional, 2020.

SOUZA, Jessé. A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Por trás dos canaviais, os nós da cana: a relação capital × trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.